



MUSEUS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL: diagnóstico e proposições

UNIVERSITY MUSEUMS IN BRAZIL: diagnosis and propositions

Cláudia Rodrigues Carvalho

Universidade Federal do Rio Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
claudia.simap@forum.ufrj.br
ORCID: 0000-0002-9491-0659

Leticia Julião

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG, Brasil
ljuliao@ufmg.br
ORCID: 0000-0002-5930-4098

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

Universidade Federal da Bahia
Vitória da Conquista, BA, Brasil
marcelo.bernardodacunha.cunha@gmail.com
ORCID: 0000-0003-4735-3519



RESUMO

Este artigo apresenta parte do relatório final do diagnóstico dos museus das instituições de ensino federais (IFEs) realizado pela comissão que assessorou o Grupo de Trabalho (GT) de Museus da Associação Nacional Dirigente de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a partir de dados coletados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) entre setembro e outubro de 2020. As informações estão estruturadas em sete blocos temáticos: Identificação, Caracterização institucional, Instrumentos de gestão, Condições de funcionamento e segurança do museu, Avaliação de riscos, Acervo e Financiamento e fomento. As análises identificaram potencialidades e aspectos vulneráveis dos museus que fundamentaram as recomendações finais. O diagnóstico tem o objetivo de subsidiar a formulação de um plano de ação para os museus universitários federais, conforme previsto pelo Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário.

Palavras-chave: Museus universitários, Diagnóstico museológico, Patrimônio científico universitário.

ABSTRACT

This article presents part of the final report of the diagnosis of museums of federal educational institutions (IFEs) carried out by the commission that advised the Museums Working Group of the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (Andifes), from data collected by the Brazilian Ministry of Education (MEC) and the Brazilian Institute of Museums (IBRAM), between September and October 2020. The information is structured in seven thematic blocks: Identification, Institutional characterization, Management instruments, Conditions of operation and security of the museum, Risk assessment, Collection and financing and Funding. The analysis identified potentials and vulnerable aspects of the museums, which were the basis for the final recommendations. The diagnosis aims to subsidize the formulation of a course of action for federal university museums, as provided by TCU's decision 1.243/2019.

Keywords: University museums, Museum diagnosis, University scientific heritage.

Introdução

Entre setembro e outubro de 2020, o MEC e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) encaminharam aos museus vinculados às universidades federais do país um questionário com o objetivo de realizar um diagnóstico. A iniciativa buscava produzir subsídios para a elaboração de um plano de ação para os museus federais a ser construído pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, em atendimento ao disposto no Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário, que trata da "verificação das condições de segurança do patrimônio nos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos". Com o intuito de proceder à análise dos dados coletados no âmbito dos museus universitários federais, o MEC e o IBRAM estabeleceram uma parceria com o grupo de trabalho (GT) de Museus, instituído em julho de 2020 no âmbito da Andifes (Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), sob coordenação da Prof.^a Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG. Essa parceria tinha como propósito fornecer subsídios analíticos para a construção de um plano de ação voltado para os museus federais em âmbito universitário. Para tanto, constituiu-se uma comissão com três professores, integrantes do grupo que vem assessorando o GT de Museus da Andifes, que desenvolveu o trabalho de análise diagnóstica nos meses de novembro e dezembro, com o apoio de uma equipe de bolsistas e uma técnica em assuntos educacionais (TAE)¹.

Este artigo apresenta os resultados da análise dos dados coletados, que constam em relatório encaminhado pela Andifes ao MEC em 20 de dezembro de 2020. É importante sublinhar que o questionário foi concebido pelo MEC e pelo IBRAM, cujos dados foram disponibilizados entre os dias 09 e 23 de novembro de 2020 para a Comissão do GT de Museus da Andifes, que produziu a representação gráfica, a interpretação e as análises das informações. O questionário está estruturado em sete blocos de questões: Identificação, Caracterização institucional, Instrumentos de gestão, Condições de funcionamento e segurança do museu, Avaliação de riscos, Acervo e Financiamento e fomento. Os blocos buscam corresponder às demandas do Acórdão, cuja previsão é que

o Ministério da Educação adote as medidas cabíveis com vistas à efetiva elaboração do plano de ação para a implementação de mecanismos de supervisão, coordenação e orientação dos museus sob a responsabilidade das universidades federais, atendendo, especialmente, para a segurança dos prédios e dos acervos dos museus, aí incluídos os incentivos ao cumprimento das orientações expedidas pelo Ibram (item III.1 do relatório de levantamento), em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial. (Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário).

Considerando-se o grande volume de informações produzidas, este artigo divulga parte dos resultados constantes no relatório, o qual foi encaminhado na íntegra pelo GT de Museus para os dirigentes que integram a Andifes. Optou-se pela manutenção do caráter original da escrita do relatório, produzido a partir da análise dos dados e de discussões e experiências

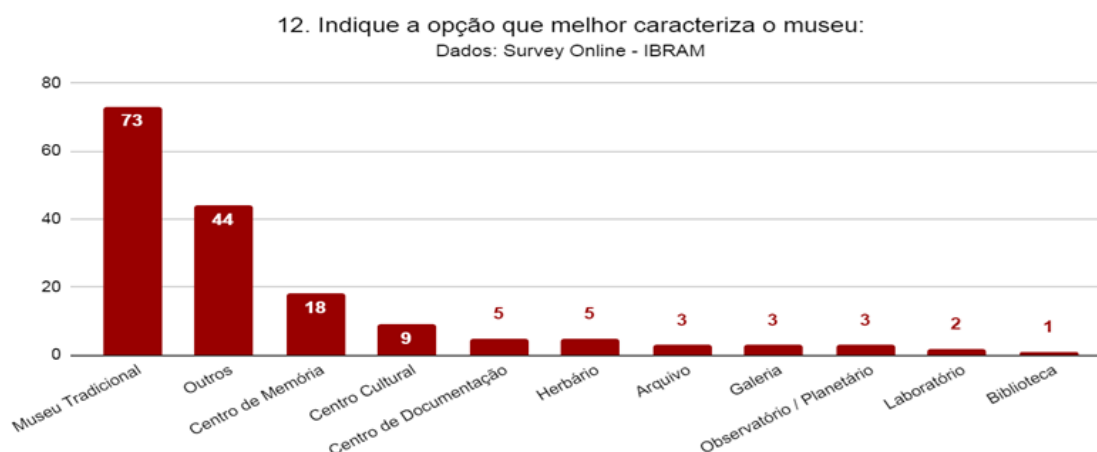
¹ A comissão, composta pela Prof.^a Cláudia Rodrigues Carvalho (UFRJ), pela Prof.^a Leticia Julião (UFMG) e pelo Prof. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (UFBA), contou com importante apoio dos bolsistas de extensão Anita Helena Vieira de Souza e Guilherme Fernandes Barbosa (UFMG), da bolsista de iniciação científica Polianna Dias Santos (UFMG) e com a colaboração da TAE Patricia Regina Santos Garcia (UFRJ).

dos autores/analistas, razão pela qual sua estruturação diverge, em parte, de uma produção acadêmica tradicional.

Caracterização das instituições museais universitárias

A análise diagnóstica foi iniciada com uma clivagem de grupos de respondentes, decisiva para que se pudesse aproximar da realidade das instituições. É sabido que os museus universitários têm origens e desenvolvimentos tão diversos quanto suas tipologias e formas de atuação. A multiplicidade de acervos e temáticas comumente origina iniciativas descentralizadas e favorece o desenvolvimento de propostas e processos museais distintos no ambiente universitário. Considerou-se que o universo de todos os respondentes, 166, precisamente, doravante denominados espaços ou instituições, equivale a lugares de salvaguarda do patrimônio cultural e científico universitário que desenvolvem alguma função da cadeia operatória museológica. A partir desse cenário diverso, portanto, em que nem todas essas iniciativas conformam o que tradicionalmente se compreende como museu, foi decisivo estabelecer uma classificação de grupos de respondentes. A segmentação de grupos de respondentes ocorreu a partir dos resultados do primeiro bloco, referente à caracterização do museu (Figura 1):

Figura 1 – Caracterização da instituição



Fonte: Andifes, 2020.

Dentre as 166 instituições que responderam ao questionário, 73 se declaram como *museu tradicional*. Além desse conjunto, 34 instituições das 44 que responderam outros também foram identificadas como museus, em observação à ocorrência do termo *museu* no próprio nome da instituição ou no texto de especificação solicitado após a resposta à opção "outros". Posto isto, e levando-se em conta essas nuances, para efeito das análises, considerou-se três grupos de instituições.

O Grupo 1, representado em vermelho nos gráficos, reúne a totalidade das 166 instituições respondentes, incluídas aquelas que se encontram fora do escopo de *instituição museológica*. O Grupo 2, representado em roxo nos gráficos, totaliza 107 instituições, pois reúne as 73 que se caracterizaram como *museu tradicional* e as 34 que, mesmo optando por outras respostas divergentes dessa classificação, utilizaram em outros campos a palavra *museu*,

algumas vezes acompanhadas por adjetivos complementares, como *museus dinâmicos* ou *ecomuseus*. Para o recorte desse grupo, considerou-se a autodefinição ou definição indireta. O Grupo 3, representado em azul nos gráficos, considera exclusivamente as 73 instituições que se definiram como *museu tradicional*.

Convém destacar, ainda, que os 59 respondentes do conjunto de 166 que não se enquadraram ou não se compreendem na categoria *museu* evidenciam a infinidade de experiências universitárias, para além daquelas de musealização, relacionadas à formação, preservação e extroversão de acervos. São centros de documentação, de memória ou cultura, herbários, planetários, arquivos etc., que fazem parte do que se compreende como patrimônio histórico, científico e cultural da universidade brasileira. Por sua relevância, entende-se que a elaboração de políticas para o campo dos museus universitários federais deve incluir esse segmento, sempre considerando-se suas particularidades e especificidades.

Do ponto de vista geográfico, as instituições estão assim distribuídas, de acordo com os grupos estabelecidos pela análise:

Tabela 1 – Distribuição de museus por região do país.

Região	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3			
	Nº de IFEs	Nº de Instituições	Nº de IFEs	Nº de Instituições	Nº de IFEs	Nº de Instituições
Sudeste	16	75	15	46	9	32
Nordeste	18	40	15	29	9	19
Sul	7	35	7	22	6	16
Centro-Oeste	5	11	4	7	4	6
Norte	5	5	3	3	0	0
Total	51	166	44	107	28	73

Fonte: Elaboração dos autores.

À exceção da região Norte, os dados demonstram a ocorrência de múltiplas instâncias museais por IFE. As regiões Sul e Sudeste lideram esse fenômeno, apresentando uma relação de 3,14 e 3,06 instituições museais por IFE, respectivamente, seguidas pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste, com 2 e 1,75, respectivamente.

Como já ressaltado, o conjunto dos museus universitários deve ser percebido a partir do viés da diversidade de contextos, com iniciativas relacionadas às diversas áreas de ação das universidades e campos científicos aos quais se relacionam. Conseqüentemente, são múltiplos os arranjos organizacionais, articulações estruturais e dimensões. O cenário apresenta desde instituições mais simples e dependentes de outras estruturas internas das IFEs às que alcançaram posição de relativa independência e autonomia. Há que se considerar ainda que esse é um cenário em permanente processo de mudanças. Algumas experiências podem caminhar para a institucionalização nos moldes esperados para um museu. Outras possuem perfil que efetivamente não se enquadra nesse modelo, sendo, portanto, necessário ampliar a reflexão sobre as instituições universitárias de salvaguarda de acervos, atentando-se para seus contornos específicos.

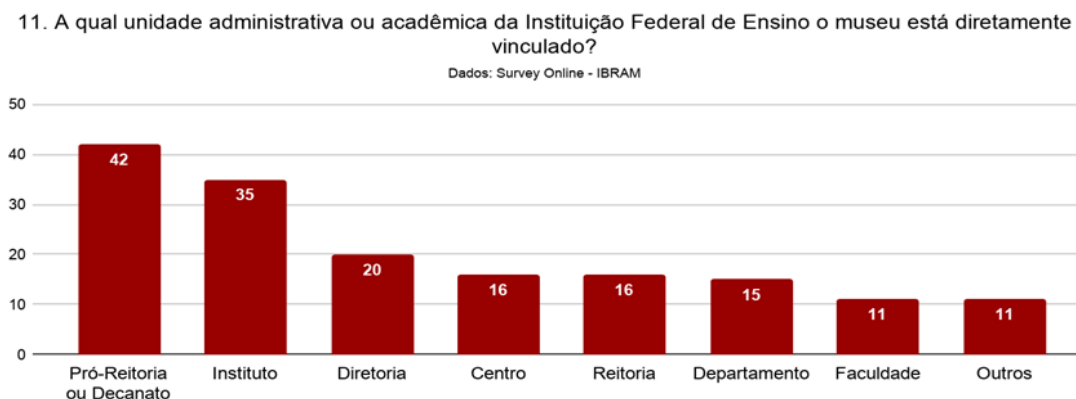
Alguns indicadores apontam que aqueles espaços reconhecidos como museus gozam de um grau de institucionalização maior que os demais espaços de memória e salvaguarda do patrimônio universitário. Dos 166 espaços respondentes (Grupo 1), 77,4% possuem algum tipo de documento de criação. Esse percentual se eleva para 83% para os espaços categorizados como *museu* (Grupo 2) e para 86% quando se trata das instituições que se identificam como *museu tradicional* (Grupo 3). O mesmo ocorre em relação à pergunta a respeito da inclusão no organograma ou na estrutura administrativa da IFE. Responderam "Sim" 67% dos 166 participantes da pesquisa, 73% dos categorizados como *museu* e 80% dos identificados como *museu tradicional*.

Observa-se que o documento de criação não assegura a inserção do espaço no organograma. Ainda que a diferença em número seja pequena, nem todos os espaços que afirmaram possuir documentos de criação figuram na estrutura administrativa. É o exemplo dos categorizados como *museu*. Dentre os 83% dessa categoria, que declaram ter documentos de criação, 76% constam no organograma.

Essa situação, entre muitas outras, deve-se, em parte, ao caráter particular da gênese dos museus universitários. Grande parte dessas instituições foi criada nas extremidades da cadeia universitária, a partir da consolidação de iniciativas de preservação de acervos, proteção à memória, difusão científica e artística, frequentemente, realizadas no âmbito de departamentos, laboratórios ou outros setores e segmentos universitários. São museus que trilham um caminho diferente de museus planejados pela estrutura administrativa central. Muitos são resultados de projetos de pesquisa e/ou extensão, sem pretensões museais, e gradativamente vão consolidando suas ações, acervos e corpo técnico até receberem reconhecimento institucional, em um percurso que passa por colegiados de cursos, departamentos e congregações até, eventualmente, colegiados superiores.

O gráfico a seguir reitera o caráter descentralizado da gênese da maioria desses museus.

Figura 2 –Vinculação administrativa e/ou Acadêmica da Instituição

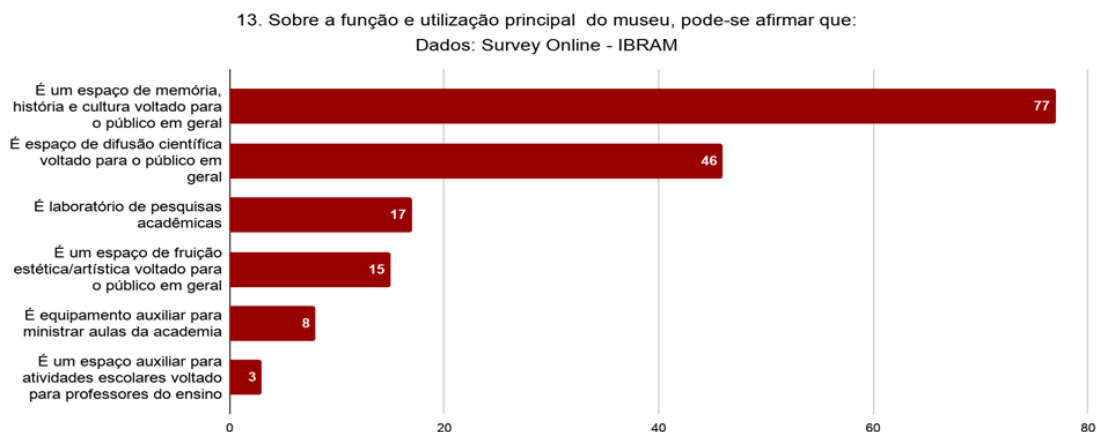


Fonte: Andifes, 2020.

Estão vinculadas aos órgãos centrais das universidades 35% dessas instituições, sendo 25,3% a pró-reitorias e 9,6% a reitorias. As demais se encontram descentralizadas em unidades acadêmicas ou outros segmentos da estrutura universitária. Se, por um lado, é um quadro que assinala positivamente o caráter capilar e diverso dessas instituições, por outro, pode significar invisibilidade institucional e dificuldades de encaminhamento de ações, de demandas ou mesmo de observação de deveres institucionais.

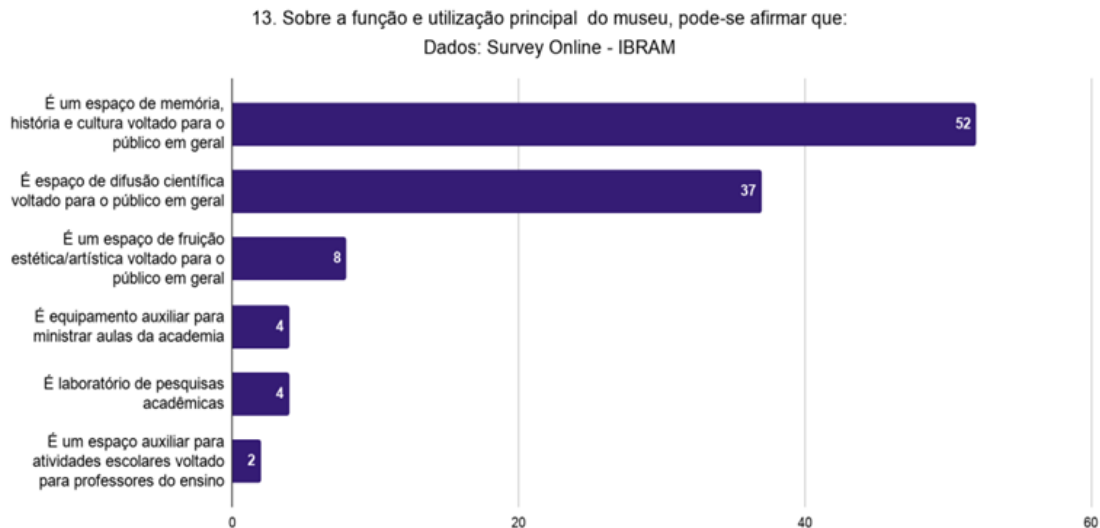
Em relação à função e ao uso, nos três grupos de instituições analisadas predominam os espaços de memória, história e cultura voltados para o público em geral. Seguem-se, em números, os espaços de difusão científica, também voltados para o público em geral.

Figura 3 – Função e utilização principal da instituição -



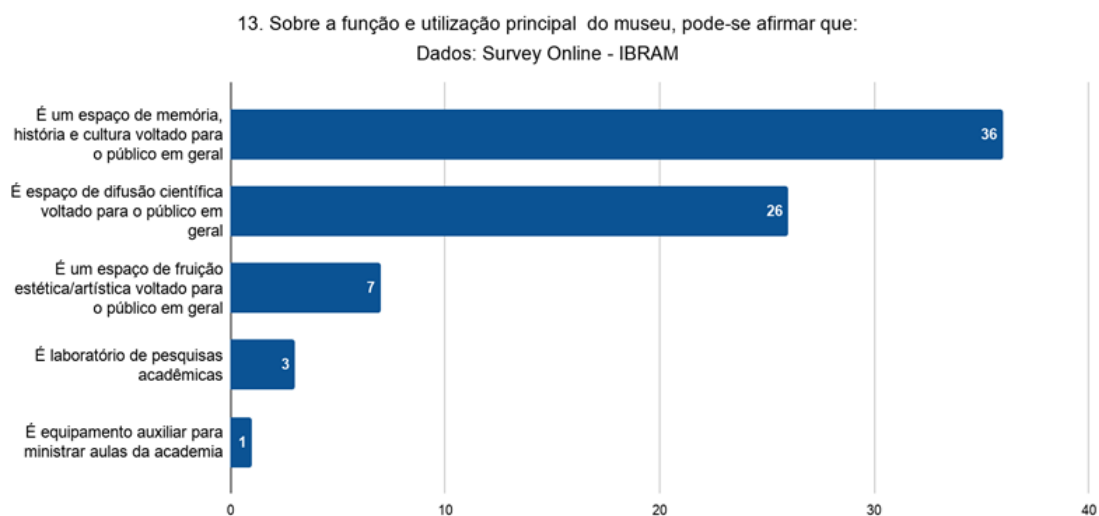
Fonte: Andifes, 2020.

Figura 4 – Função e utilização principal das instituições identificadas como museus -



Fonte: Andifes, 2020

Figura 5 – Figura 4 – Função e utilização principal das instituições identificadas como museus tradicional -



Fonte: Andifes, 2020.

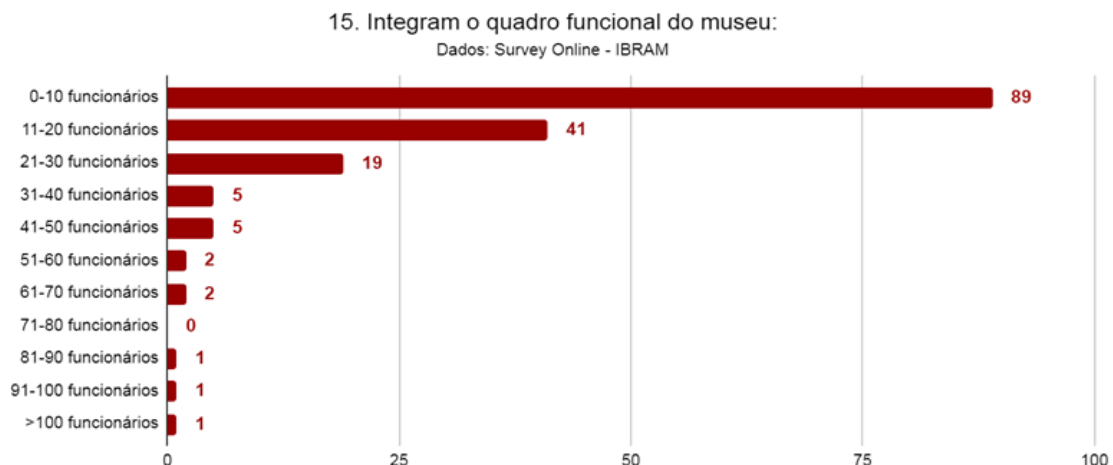
A maioria das instituições se enquadra nas três primeiras opções da questão, conformando uma dominância de espaços voltados para público em geral. Ainda assim, é preciso compreender o caráter relativo do indicador "aberto ao público", pressuposto essencial para o reconhecimento de uma instituição como museu, dadas as peculiaridades e especialidades dessas instituições no interior das universidades. Nem sempre se tem uma política de público universal nesses espaços, o que não pode ser confundido com o fato de "não estar aberto ao público". É possível dizer que são espaços abertos ao público, que cumprem funções de ensino, pesquisa e extensão, sendo que a maioria recebe o público em geral.

Sobre o quadro funcional, 149 espaços têm de 0 a 30 funcionários. Desses, 89 têm de 0 a 10 funcionários. E do total de 166 respondentes, 141 espaços registraram, em questão específica², que o quantitativo do quadro funcional não é suficiente para a manutenção do funcionamento do museu.

Ainda que alguns tenham número elevado de funcionários, deve ser considerada a possibilidade de que sejam unidades acadêmicas que concentram, além das atividades museais, pós-graduações ou núcleos de pesquisa. Seria recomendável, no futuro, detalhar o diagnóstico a esse respeito, para se compreender as especificidades das equipes envolvidas nas instituições universitárias.

² Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

Figura 6 –Quadro Funcional

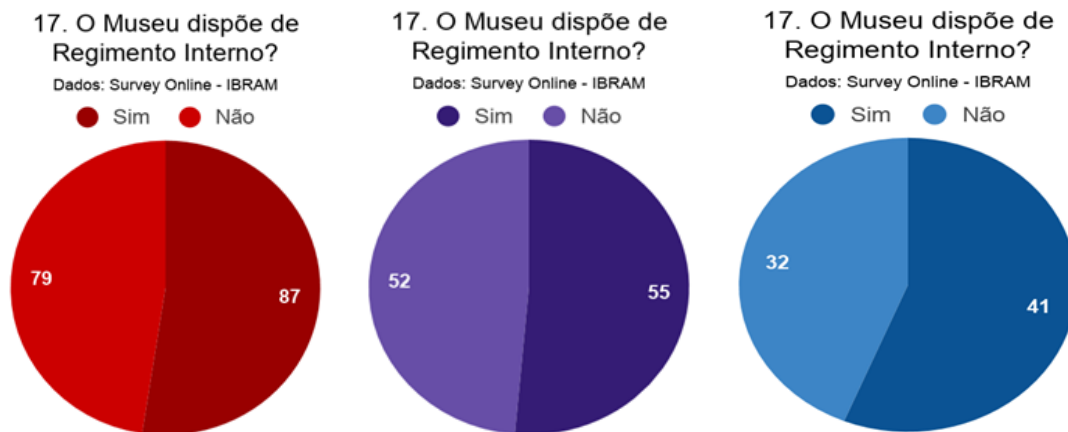


Fonte: Andifes, 2020.

Instrumentos de gestão

Se confrontados os dados relativos a instrumento de criação aos dados analisados acima, de existência de regimento e presença no organograma, observa-se que 89 unidades têm documento de criação, 79 constam no organograma e apenas 41 têm regimento. O quantitativo menor de museus que consta no organograma e, sobretudo, que têm regimento em relação ao número de museus criados formalmente é indicativo de processos de institucionalização ainda em desenvolvimento, com temporalidades diferenciadas.

Figura 7 –Regimento Interno

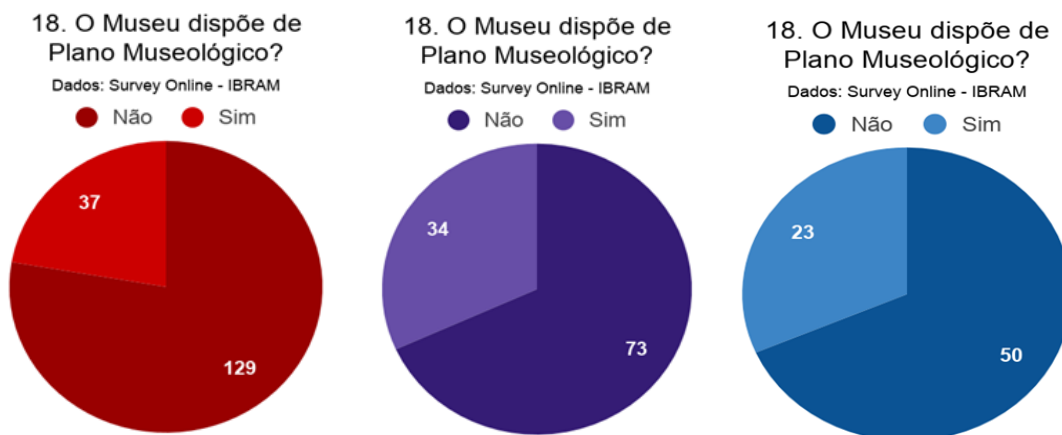


Fonte: Andifes, 2020.

O regimento é um instrumento usual em unidades, institutos e colegiados universitários. Ainda que nas três categorias analisadas haja mais instituições que dispõem desse instrumento, nos demais casos, deve-se considerar a possibilidade de estarem associadas a outras estruturas universitárias e, como tal, sejam regidos pelas normativas das mesmas. De qualquer maneira, vale sublinhar a importância de haver ao menos regulamentos exclusivos para esses espaços, considerando-se as especificidades de suas funções museais.

Quanto à existência de plano museológico, tem-se o seguinte quadro:

Figura 8 – Plano Museológico



Fonte: Andifes, 2020.

Um número expressivo de espaços do Grupo 1 (gráfico vermelho), correspondente a 77%, não dispõem de plano museológico. A porcentagem se reduz para 68% nos outros dois grupos (gráficos roxo e azul), cujos respondentes se identificam como *museu*. A inexistência de plano museológico parece decorrer da falta de recursos dos próprios espaços para elaborá-lo e desenvolvê-lo. Quando perguntados sobre o motivo da ausência do plano museológico, em questão que permitia mais de uma resposta³, 9% dos 166 respondentes disseram desconhecer o instrumento, 10% não sabiam como elaborá-lo, 19% alegaram indisponibilidade orçamentária, 27,7% alegaram indisponibilidade de pessoal qualificado na instituição e 37,9% assinalaram a resposta *outros*. À exceção daqueles espaços que explicaram na resposta *outros* que estão em fase de implantação ou em fase de elaboração do plano museológico, os demais esclarecimentos referem-se ou à indisponibilidade de pessoal qualificado ou ao fato de que não elaboraram o plano porque não se identificam como museus.

Salienta-se que a ausência de pessoal e de recursos financeiros são fatores relevantes nas respostas. Alguns programas específicos, especialmente de segurança e de acessibilidade universal, demandam conhecimento de profissionais especializados, o que, em face da indisponibilidade de pessoal, demanda recursos para contratar tais serviços. Soma-se a isso o fato de que muitos museus compartilham o prédio com outras unidades/instâncias universitárias e a elaboração de alguns programas implica envolvê-las, assim como os órgãos que respondem pela manutenção e segurança das IFEs.

Convém lembrar que a inexistência de plano museológico não significa ausência de planejamento. É possível que haja dificuldade de estruturá-lo nos moldes solicitados. A se considerar o perfil heterogêneo e diverso dessas instituições, parece legítimo repensar parâmetros e rever normativas e proposições relativas ao plano museológico, de modo a adequar esse importante instrumento de gestão à realidade e especificidades dos espaços universitários.

³Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

Condições de funcionamento e segurança

É importante não perder de vista que a maioria, senão a totalidade, dos museus e dos espaços de salvaguarda de acervos universitários são dependentes de instâncias mais complexas da Universidade, o que impacta na governança e na gestão da estrutura física, dos recursos financeiros e de pessoal especializado dessas instituições. Comumente, estruturas externas aos museus e que, em geral, operam no âmbito centralizado e com demandas de grande porte das universidades – prefeituras de *campi*, setores terceirizados de segurança e manutenção, entre outros – responsabilizam-se por serviços em museus e coleções universitárias, sem atentarem para exigências específicas e complexas, que são inerentes ao funcionamento e à segurança desses espaços.

É nessa perspectiva que devem ser avaliadas as respostas referentes às condições de funcionamento e segurança, ao tempo em que as mesmas devem servir para nortear o estabelecimento de estratégias e políticas que considerem esses espaços de forma diferenciada e competente.

Um exemplo de especificidade é a indagação que aparece no questionário, referente à existência de alvará, documento cuja exigência para prédios federais não é unânime no país.⁴ Nos três grupos de análise, a maioria das respostas se enquadra na opção *outros*. A segunda resposta mais recorrente é a "necessidade de reforma para adequação", seguida de "ausência de documentação essencial". À exceção dos casos de dispensa legal desse instrumento, parte significativa das respostas, inclusive nas especificações registradas na opção *outros*⁵, sinaliza para um cenário, comum a muitas IFEs, de demanda de investimentos na manutenção e seguranças prediais. Essa constatação aponta para a necessidade não apenas de aporte de recursos financeiros como de uma atuação conjugada entre museus e diferentes instâncias administrativas das IFEs.

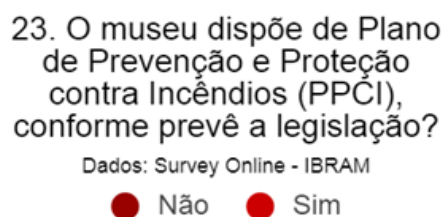
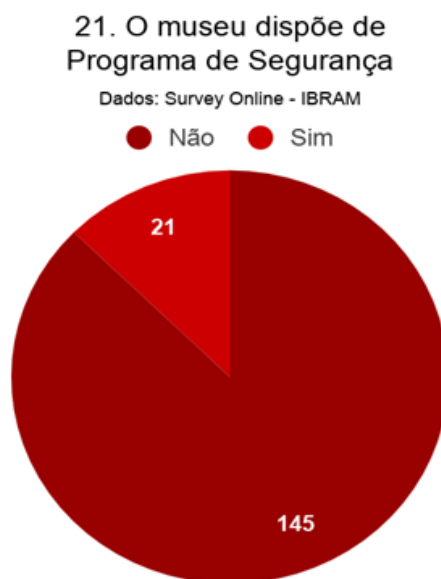
Reiteram esse argumento os resultados sobre a existência de Programa de Segurança, Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A maioria significativa não dispõe desses documentos, como atestam os dados do grupo de 166 instituições (gráficos vermelhos), os quais se assemelham aos dos dois demais grupos de respondentes que se identificam como museus.⁶

⁴ Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

⁵ Em relação ao Grupo 1 (gráfico vermelho), dos 61 espaços que responderam *outros*, um está com a solicitação de alvará em andamento, 4 estão providenciando documentação (AVCB e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico), dois fazendo adequações em projeto ou prédio e um declara que a administração central da Universidade está tomando providências; 17 espaços declararam que cabe a instâncias superiores e/ou a unidades prediais nas quais se situam a providência do alvará; 19 manifestaram que a exigência de alvará não se aplica, seja por isenção legal, seja por não se considerarem enquadrados na categoria museu ou porque estão em processo de criação e um respondente alegou não haver disponibilidade de recursos financeiros da IFE para implantar o projeto de combate de incêndio.

⁶ Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020. Nas três questões propostas e em todos os três grupos de análise a situação se assemelha. Mais de 75% dos respondentes, dos três grupos analisados, não possuem Programa de Segurança, Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. O pior cenário refere-se ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros: 94% dos 166 respondentes (gráfico vermelho) não o possuem; mesma porcentagem se repete para aquelas instituições que se identificam com museus (gráfico roxo) e 93% para os museus tradicionais.

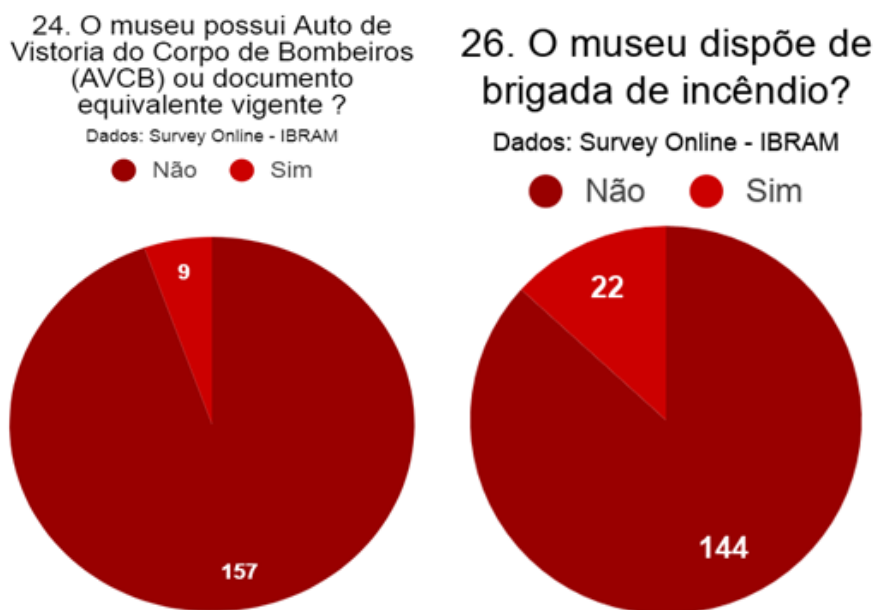
Figura 9 – Programa de Segurança e PPCI



Fonte: Andifes, 2020

Verifica-se o mesmo em relação às brigadas de incêndio; mais de 80% das instituições não as possuem. Vale lembrar que a maior parte desses espaços dispõe de número reduzido de servidores, o que dificulta a criação de brigadas internas. A contratação de brigadistas terceirizados, por sua vez, tem custo elevado. Soma-se a essas dificuldades o fato de que muitos desses espaços compartilham edificações geridas por outras entidades das IFEs.

Figura 10 - AVCB y Brigada de Incendio



Fonte: Andifes, 2020

Em parte, a ausência de plano museológico em muitas dessas instituições explica a inexistência de programas e medidas de segurança. Indagadas sobre os motivos para essa situação, as instituições salientam, sobretudo, restrições orçamentárias e de pessoal especializado⁷. Novamente surge a necessidade de se avaliar se esse cenário não é senão um reflexo de outros problemas ligados às demandas orçamentárias específicas das IFEs. Dentre as possibilidades de encaminhamento de ajustes, poderá ser produtiva a aproximação entre IFEs e seus respectivos Corpos de Bombeiros estaduais, de modo a enfrentar os desafios de adequação e atendimento às normas legais em um processo cooperativo e proativo que possa avançar, a despeito das questões burocráticas.

As dificuldades enfrentadas pelos espaços em relação ao seu funcionamento e segurança também decorrem das características das edificações que ocupam. De acordo com os dados do Grupo 1 (gráfico vermelho), 128 (77%) espaços estão localizados em imóveis antigos. Dentre estes, 71 (42,7%) apresentam valor de patrimônio cultural, sendo que 26 (15,6%) são tombados. Os prédios novos são apenas 38 (22,8%), dos quais 24 foram construídos ou adaptados para abrigar os museus. Os outros dois agrupamentos analisados, que se identificam com a categoria *museu*, apresentam similaridade em relação a essas características das edificações.⁸

⁷Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

⁸Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

Figura 11 – Caracterização da edificação da instituição



Fonte: Andifes, 2020

A maioria das edificações não foi concebida e nem adaptada para abrigar museus. Provavelmente, apresentam desafios para equacionar o uso museológico e a arquitetura, sobretudo nos prédios tombados. A ocupação de edificações antigas por instituições museológicas, não importa se adaptadas ou não, requer maior dispêndio na manutenção predial se comparada a construções mais recentes. Além da manutenção mais onerosa, a gestão de segurança torna-se complexa, quer em função do alto grau de especialização de profissionais necessários, quer em função das peculiaridades das edificações antigas, notadamente as de interesse cultural. No caso dessas últimas, vale sublinhar que, tombadas ou não, são edificações que constituem objetos patrimoniais e devem ser levadas em consideração em políticas e ações para os museus universitários.

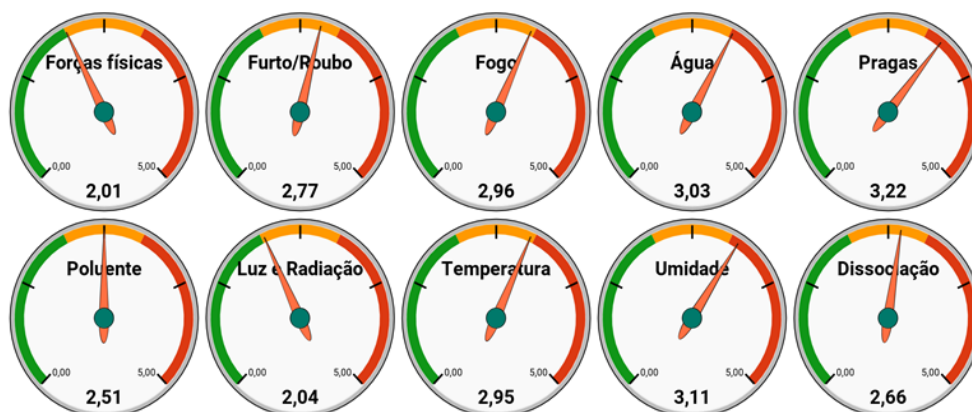
Avaliação de riscos

Em uma avaliação dos principais agentes de riscos experimentados pelas instituições do Grupo 1, ou seja, os 166 respondentes, observa-se o impacto da infraestrutura, implicando, dentre outros aspectos, manutenção predial, condições de guarda e acondicionamento de acervos e equipamentos de segurança.

Figura 12 –Principais agentes de risco que afetam a instituição

27. Em uma escala de 1 (risco muito baixo) a 5 (risco muito alto), avalie cada um dos principais agentes de risco que afetam a instituição no momento:

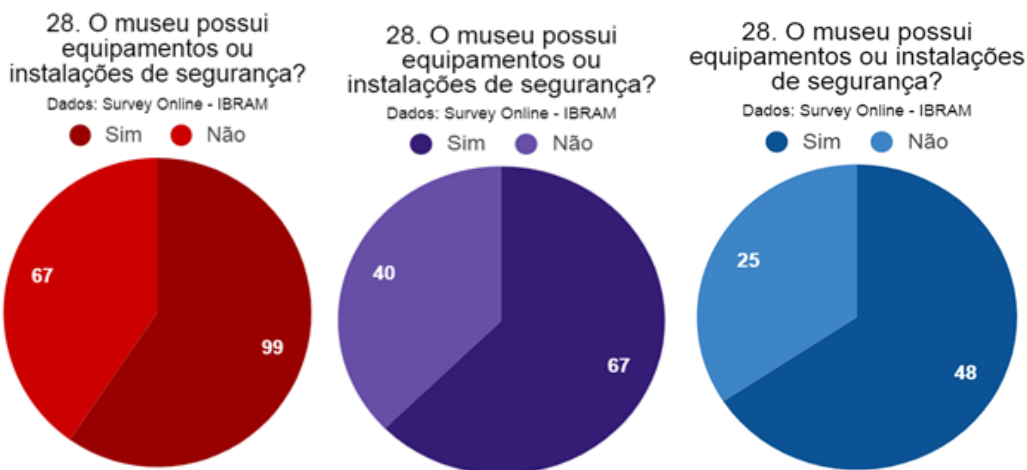
Dados: Survey Online - IBRAM - Grupo 1



Fonte: Andifes, 2020

São mencionados como maiores riscos aqueles causados por pragas, umidade e água. Ou seja, justamente desafios comuns na preservação de acervos em áreas tropicais. Nessa perspectiva, seria importante desenvolver um diagnóstico detalhado em áreas que abrigam acervos – reservas técnicas e salas de exposição – de modo a mapear demandas de adequações físicas e tecnológicas para prevenção de riscos. Este seria um passo importante para se estabelecer prioridades de investimento, otimizar recursos e oferecer subsídios para políticas na área.

Figura 13 –Equipamentos ou instalações de segurança



Fonte: Andifes, 2020

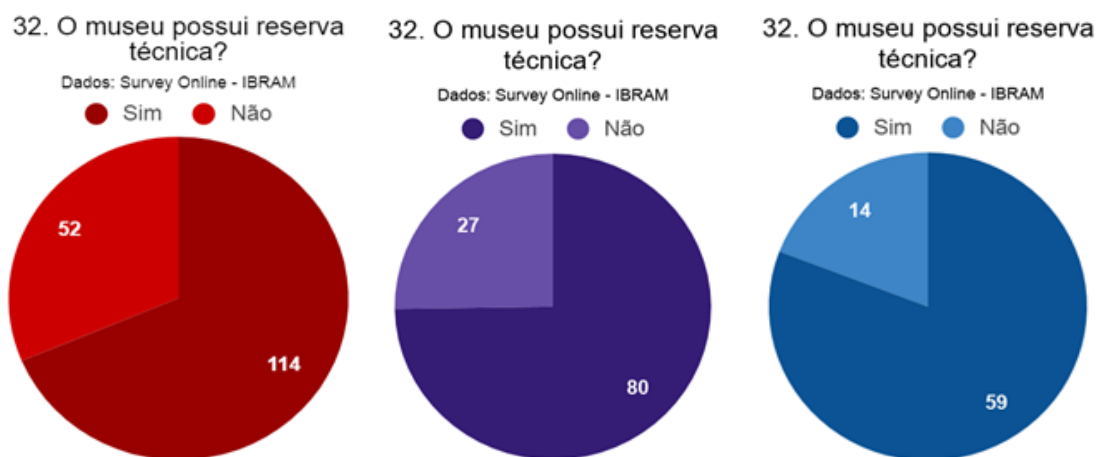
Nos três grupos de análise, a maioria dos espaços possui equipamentos ou instalações de segurança. Entre os tipos de equipamentos mais mencionados estão extintor, câmera de segurança, para-raios, alarme, mangueira e hidrante. Preponderam, portanto, equipamentos básicos de segurança, provavelmente com custos mais baixos e de menor complexidade de operação.

A sondagem de outros dispositivos e estratégias de segurança mostra que a maioria dos 166 respondentes dispõe de sistemas de vigilância, compartilhada com outras instâncias das

IFEs, sendo preponderante a vigilância humana, seguida de sistema conjugado humano e eletrônico; apenas 22 espaços oferecem algum tipo de treinamento na área de segurança de museus para seus funcionários; e 134 contam com manutenção predial, sendo que, desses, a maioria também compartilha a equipe de serviços com outras unidades.⁹

A maioria das instituições diz possuir reserva técnica, sendo cerca de 70% das 166 instituições do Grupo 1 (gráfico vermelho), 75% das 107 instituições do Grupo 2 (gráfico roxo) e 90% das 73 instituições no Grupo 3 (gráfico azul).

Figura 14 – Reserva Técnica



Fonte: Andifes, 2020

A situação de segurança das reservas técnicas reflete o quadro geral de segurança e prevenção de sinistros já descrito. Grande parte das reservas técnicas dispõe de equipamentos básicos como extintores, alarmes e câmeras de segurança.¹⁰

As respostas referentes às reservas técnicas dos três grupos estudados evidenciam o compromisso dessas instituições, independentemente de se reconhecerem como museus, com a preservação de seus acervos. São dados que apontam para a inevitabilidade de se abordar o patrimônio científico e cultural universitário para além do segmento estrito dos museus.

Acervo

No âmbito universitário, há uma pluralidade de itens considerados acervo, tanto quanto há diversos modos de utilizá-los e preservá-los, o que impõe concebê-los para além das fronteiras ortodoxas de classificação. Integram esse patrimônio da história das ciências e do ensino no Brasil, referenciado em distintos campos do conhecimento, itens da natureza, objetos do cotidiano, suportes de experimentação científica ainda em uso, réplicas e protótipos, documentos relacionados à história institucional e suas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Esse contexto patrimonial tão diverso e desafiante de ser gerido demanda mobilizar igualmente uma política de acervo que observe estratégias diferenciadas de salvaguarda e difusão, compreendendo também acervos que não estão musealizados. Alternativas apre-

⁹ Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

¹⁰ Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

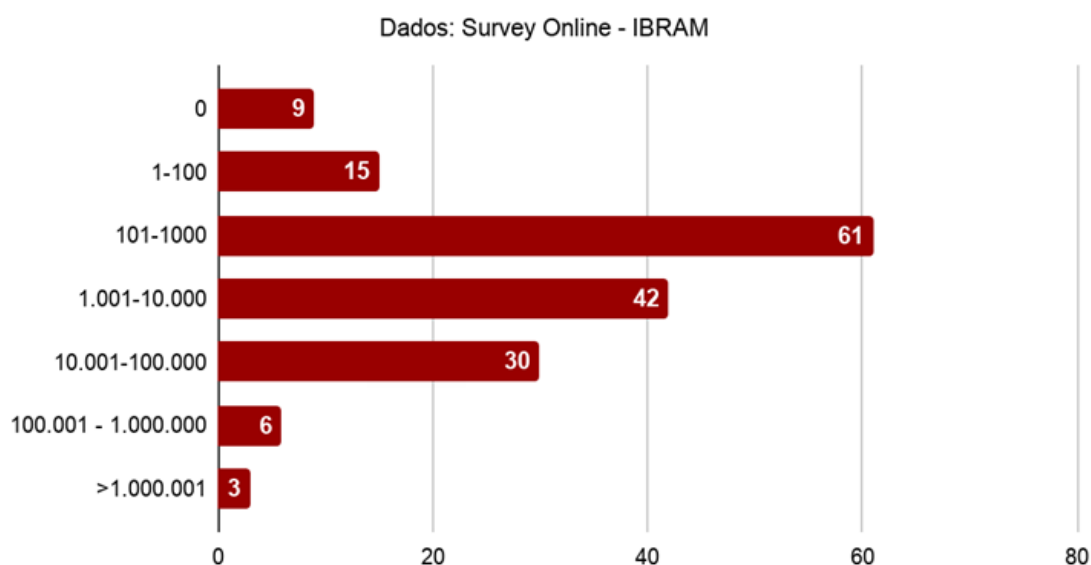
sentadas como únicas e ideais nem sempre se enquadram e dão conta do caráter multidisciplinar envolvido nas abordagens desse patrimônio.

Os dados levantados pelo questionário permitem apenas um exame preliminar dos acervos universitários, o que indica a pertinência de se desenvolver um mapeamento detalhado, que contemple a natureza, tipologia, suporte e quantitativo por tipologia desse patrimônio.

É importante ressaltar que a quantificação de acervos que se apresenta no gráfico abaixo provavelmente é resultado de procedimentos distintos de contabilização. A diversidade tipológica de acervos pode implicar formas específicas de contabilização, que seguem protocolos de diferentes disciplinas científicas. É preciso considerar, portanto, que uma unidade de contabilização pode não corresponder necessariamente a um item e que nem sempre a classificação por dimensões numéricas de acervo constitui parâmetro comparativo entre museus. Exemplo disso são instituições que dispõem de acervos de grandes dimensões – coleções de tecnologia, megafauna etc. – ou de dimensões microscópicas.

Figura 15 – Número de bens museológicos

33. Informe o número total de bens de caráter museológico que compõem o acervo:



Fonte: Andifes, 2020

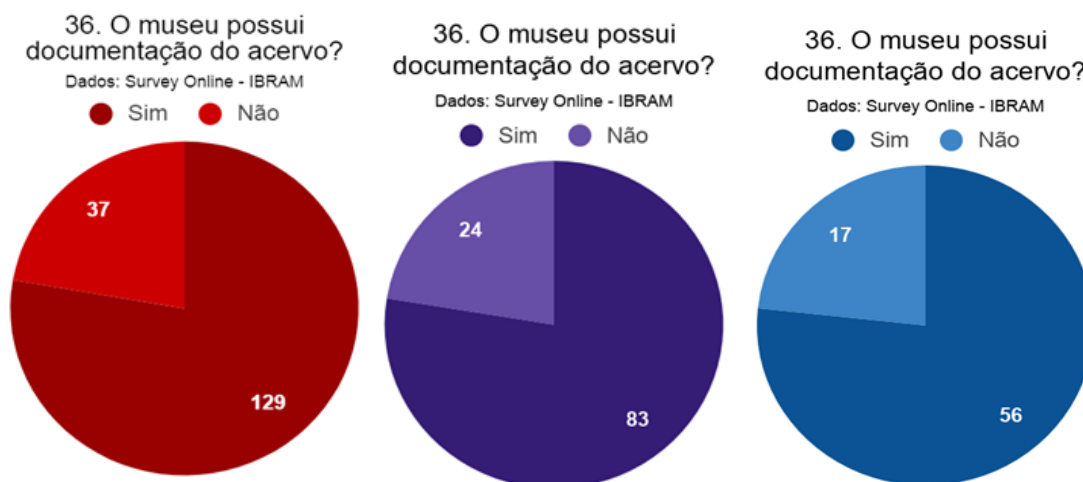
Ao considerar o acervo dos 166 respondentes do Grupo 1 (gráfico vermelho), a maioria das instituições dispõe de acervos que se encontram numericamente entre as faixas de 101 a 100.000 itens. Com volumes maiores de acervos, estão seis instituições, que possuem de 100.001 a 1.000.000 itens e três com mais de 1.000.001 itens. Dados dos dois outros agrupamentos de análise apresentam um cenário similar, ou seja, grande parte das instituições possui entre 101 e 100.000 itens de acervo, havendo uma concentração maior de instituições na categoria de 101 a 1000 itens.

As informações apontam para uma configuração na qual predominam polos disseminados de gestão de acervos museológicos de pequeno e médio porte nas universidades, ao lado de poucas instituições que têm sob a tutela grande volume de acervo. Esse quadro

é indicativo para se conceber políticas e ações que considerem a diversidade do patrimônio museológico e do formato assumido pelos espaços de sua salvaguarda. Seria recomendável, em face dos diversos polos de colecionamento, considerar possibilidades de parceria para uma gestão compartilhada ou colaborativa desses acervos.

Sobre a documentação do acervo, verifica-se que a maioria – em torno de 77% – possui documentação do acervo nos três grupos de análise.

Figura 16 – Documentação do Acervo



Fonte: Andifes, 2020

Em questão específica do questionário, foi possível apurar que grande parte das instituições documentou entre 76% a 100% dos seus acervos, nos três grupos de análise. No caso dos 166 respondentes, predomina a listagem digital, que se repete nos demais grupos.¹¹

Figura 17 – Tipologia e acesso à documentação do acervo



Fonte: Andifes, 2020

A documentação do acervo também merece um diagnóstico mais preciso, que possa

¹¹ Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

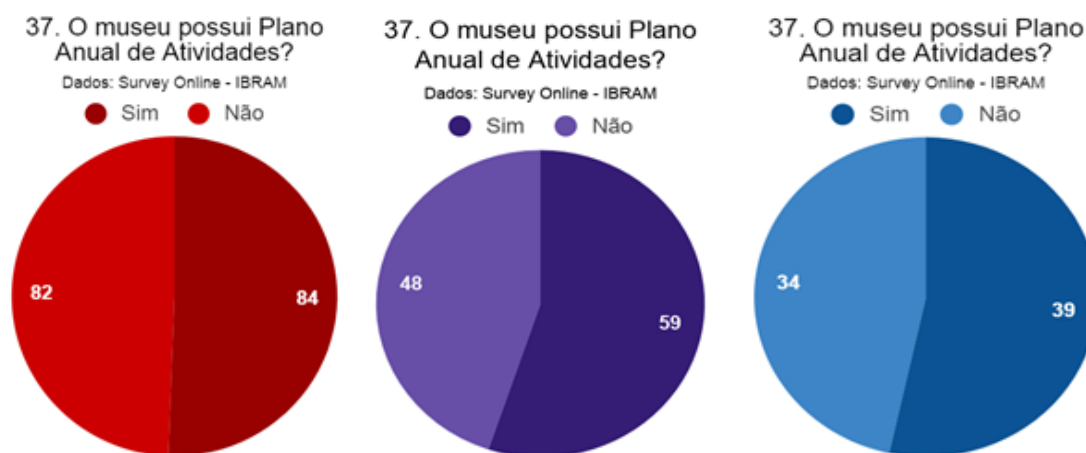
avaliar as dinâmicas distintas de colecionamento e de rotinas de registros, que se originam de diferentes campos de conhecimento. Para se estabelecer uma política para a área será importante detalhar demandas e fragilidades, tendo-se em vista a relação entre tipologias e taxas de crescimento de acervos e modelos eficientes de registros e documentação.

Uma fragilidade já detectada pelo questionário é a falta de pessoal qualificado para proceder à documentação. À exceção do Grupo 1 (gráfico azul), essa é a razão mais apontada pelas instituições que não documentam o acervo¹².

Financiamento e fomento

Embora haja um número reduzido de instituições que dispõem de plano museológico, a maioria possui outros instrumentos de planejamento, a exemplo do Plano Anual de Atividades, como se verifica nos três grupos representados nos gráficos a seguir:

Figura 18 – Plano Anual de Atividades

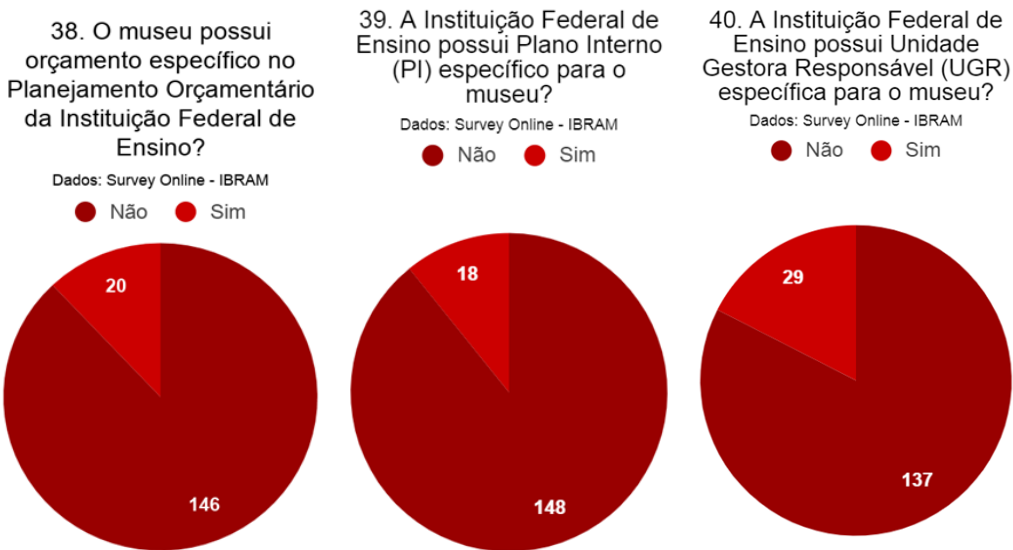


Fonte: Andifes, 2020

Com base nos dados do grupo de 116 respondentes (gráficos vermelhos a seguir), a maioria expressiva das instituições não possui orçamento, Plano Interno e Unidade Gestora Responsável específicos para os museus.

¹² Ver CARVALHO; CUNHA; JULIÃO, 2020.

Figura 19 – Orçamento



Fonte: Andifes, 2020

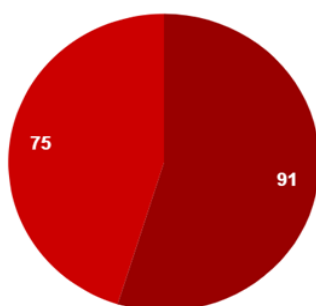
Convém lembrar que a autonomia administrativa reduzida dessas instituições impacta no âmbito orçamentário. Com exceções, o orçamento dessas instituições provém de recursos cancelados para atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo executado pelas entidades às quais estão vinculadas e que são as gestoras orçamentárias.

A alternativa de arrecadação direta também não se mostra viável. Nos três segmentos analisados, é minoritário o número de instituições que dispõem desse tipo de recurso – 10% do grupo de 166 respondentes, 9% do grupo que se identifica com a categoria de museu e 11% dos museus tradicionais, sendo o ingresso – para a entrada – a principal fonte de renda.

Em face da escassez de recursos orçamentários, seria previsível que grande parte dessas instituições adotassem outras estratégias de captação, como mostra o gráfico a seguir. Os editais são a alternativa mais recorrente, seguido bem abaixo pelas doações. As demais estratégias apresentam números menos expressivos, mas equilibrados entre si, no conjunto das opções.

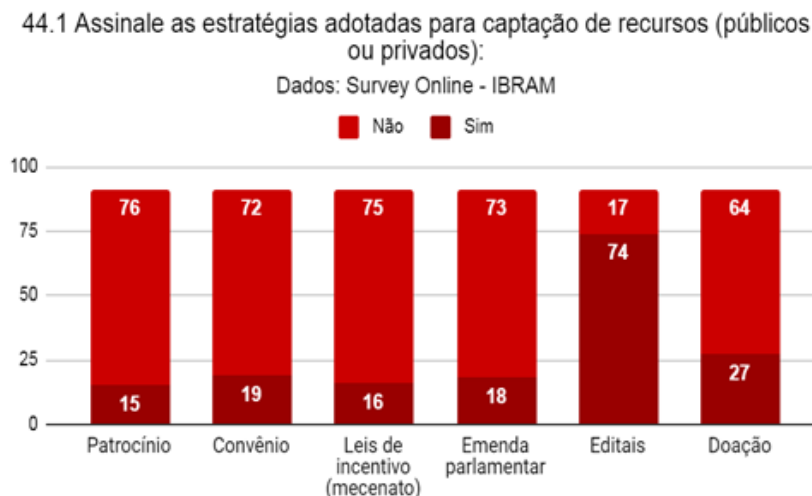
Figura 20 – Captação de recursos
 44. O museu adota outras estratégias para captação de recursos (públicos ou privados)?

Dados: Survey Online - IBRAM
 ● Sim ● Não



Fonte: Andifes, 2020

Figura 21 – Estratégias de captação de recursos



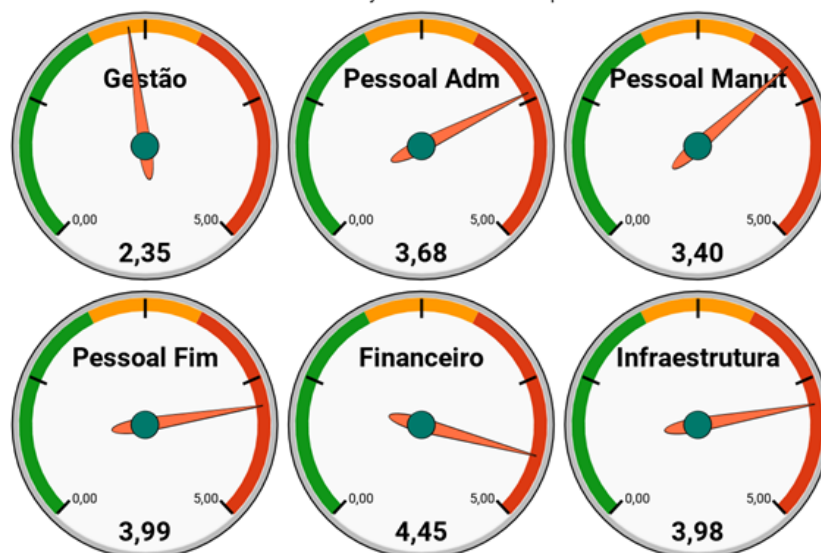
Fonte: Andifes, 2020

Finalmente, o grupo de 166 respondentes assinala os principais problemas enfrentados pelas instituições, numa ordem do maior impacto ao menor: insuficiência financeira; insuficiência de pessoal da área finalística; problemas de infraestrutura; insuficiência de pessoal da área administrativa; insuficiência de pessoal da área de manutenção; e problemas de gestão.

Figura 22 – Impacto dos problemas enfrentados pela instituição

47. Em uma escala de 1 (impacto muito baixo) a 5 (impacto muito alto), classifique os problemas enfrentados pelo museu de acordo com o seu grau de impacto sobre a instituição:

Dados: Survey Online - IBRAM - Grupo 1



Fonte: Andifes, 2020

Considerações finais

No universo de respondentes, é relevante reconhecer quais efetivamente se enquadram e/ou se identificam com a categoria *museu* e quais são os mecanismos de sua gênese e registro, para, então, sob uma base de informação segura, construir cenários e políticas de institucionalização, gestão e segurança.

Importa, também, considerar que a diversidade das instituições universitárias configura especificidades quando comparadas às demais entidades museológicas federais. Determinados indicadores globais do questionário, aplicados à totalidade do universo federal, repercutem e precisam ser interpretados levando-se em consideração a complexidade de possíveis arranjos entre os museus universitários e entre esses e demais museus federais. Essa é uma reflexão que precisa ser aprofundada, inclusive à luz da legislação e do suporte legal de definição e compreensão relativos aos museus.

As informações fornecidas pelo questionário mostram que o patrimônio universitário brasileiro, guardião certamente do maior e um dos mais importantes acervos científicos do país, não está adequadamente considerado na agenda das políticas públicas do ensino superior e nem de proteção do patrimônio nacional. Os dados assinalam a necessidade e o desejo dos museus e de outros espaços que integram, preservam e difundem a memória e o patrimônio científico-cultural universitário de ampliar sua institucionalização, ao mesmo tempo em que apresentam o espectro de desafios a serem enfrentados. Esses podem ser resumidos na necessidade de políticas e ações associadas às demandas de melhorias nas esferas da gestão, orçamento, infraestrutura (em todos os níveis e categorias) e de pessoal, especialmente aquelas voltadas a sanar as principais deficiências apontadas na presente análise.

Importa compreender que a cadeia operatória relacionada aos museus é de extrema complexidade e especialidade e implica não somente recursos materiais, financeiros e equipamentos, mas, sobretudo, mão de obra especializada, como museólogos, conservadores, e demais profissionais que respondam ao espectro que abrange da curadoria de acervos à interação com o público. Para enquadrar museus e coleções universitárias em padrões – no mínimo satisfatórios de funcionamento – é preciso estabelecer uma política de pessoal, com liberação específica de vagas de concurso para essas áreas e previsão de quadros mínimos para responder às demandas técnicas, administrativas, operacionais e, sobretudo, sociais.

Convém considerar a relevância desses espaços e dessas coleções para a formação universitária, funcionando como museus-escola, não apenas para discentes dos cursos de museologia, mas abrangendo todas as áreas de formação universitária, uma vez que existem coleções e experiências museológicas distribuídas nos diversos campos de conhecimento, ou seja, ciências exatas, da terra, humanidades, biológicas, entre outras.

Tanto pela exploração do potencial informacional das coleções, quanto pela proposição e pela realização de ações práticas que potencializam os aprendizados, os museus e as coleções universitárias proporcionam benefícios à vivência de docente e discente. Somando-se aos inúmeros benefícios acadêmicos, ressaltam-se a promoção do espírito público, da consciência cidadã e da valorização da memória e do patrimônio científico cultural.

Alinhados à perspectiva da produção, difusão e democratização de conhecimentos, museus e coleções museológicas universitárias desempenham papel de destaque em ações voltadas para o público externo à universidade, sobretudo para a comunidade estudantil, em

seus vários níveis. São ações que materializam o necessário e desejado intercâmbio de saberes, imprescindível ao desenvolvimento das culturas e das ciências.

A partir dessas observações, e se considerando aspectos vulneráveis e potenciais do diagnóstico, destacam-se:

1. Potencialidade apresentada pela diversidade do cenário museal universitário concernente aos acervos preservados, aos contextos de gênese, ao perfil e à tipologia das instituições, às trajetórias e ao papel que desempenham no meio acadêmico;
2. Existência de instituições de salvaguarda do patrimônio cultural e científico universitário que não se enquadram, sob o ponto de vista normativo, na categoria de museu, mas que demandam igualmente políticas semelhantes ao segmento museal;
3. Descentralização institucional, característica da gênese diferenciada desses espaços, em decorrência de acervos formados pelos diferentes segmentos universitários, e que pode concorrer para invisibilizá-los no organograma das IFEs;
4. Os espaços estão abertos ao público em geral, e se inserem na dinâmica acadêmica de pesquisa, ensino e/ou extensão;
5. Quadro insuficiente de pessoal para atender demandas que são próprias do funcionamento desses espaços: elaboração do plano museológico, elaboração de programa de segurança, documentação museológica, brigada de incêndio etc.;
6. Ainda que apresente limites, há um processo de institucionalização de grande parte dessas instituições;
7. Existência limitada de instrumentos de gestão, embora haja desejo de desenvolvê-los, a despeito da falta de pessoal e/ou suporte técnico para isso;
8. A gestão da segurança e de riscos depende, em geral, de outras instâncias universitárias, uma vez que são espaços que compartilham o prédio com outros segmentos e/ou estão inseridos na administração predial geral das IFEs;
9. A maioria não dispõe de orçamento específico, uma vez que se encontra vinculada ao planejamento orçamentário de outros segmentos das IFEs;
10. Existência de um quadro expressivo de parcerias, tanto do ponto de vista do financiamento, quanto técnico-científicas.

Em face desse quadro, seria recomendável:

1. Conceber uma política que seja compatível com as particularidades do cenário museal universitário, considerando-se sua complexidade institucional e a natureza distinta de acervos, assim como a sua extensão tipológica, compreendendo o patrimônio edificado, as coleções provenientes de coletas das mais variadas áreas do conhecimento e os acervos constituídos no cotidiano da vida acadêmica, como os arquivos e os objetos ciência e tecnologia;
2. Estabelecer normativas e plano de ação que observem, sem hierarquização, a diversidade dos processos de patrimonialização e musealização universitários;
3. Definir processos de institucionalização e registro, no âmbito interno e também externo ao da universidade, compreendendo os museus e demais espaços que promovem e preservam a memória, a ciência e o patrimônio cultural universitário;
4. Avaliar, junto ao MEC e ao IBRAM, uma proposta de ajustes da estrutura e dos quesitos dos planos e planejamentos à realidade desses espaços no âmbito universitário;

5. Ampliar e detalhar o diagnóstico, inclusive para instruir o enquadramento legal adequado desses espaços e oferecer um levantamento mais detalhado das condições gerais das Reservas Técnicas e das necessidades para minimizar riscos mais frequentes;
6. Avaliar a criação de linhas orçamentárias para museus e espaços de similares;
7. Planejar a formação de equipes especializadas e incrementar o quadro de pessoal a curto e a médio prazo;
8. Ofertar e/ou integrar as equipes dos espaços universitários em treinamentos e fóruns de discussão sobre segurança e prevenção a sinistros, plano museológico, documentação museológica, gestão museológica.
9. Estimular a conformação de redes ou sistemas que articulem a governança no âmbito universitário dessas instituições descentralizadas e com características diversas.

REFERÊNCIAS

Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário. (2019). *Processo 041.083/2018-0*. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Relator: Min. substituto André Luís de Carvalho, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2352032%22>.

Carvalho, C. R.; Cunha, M. N. B.; Julião, L. (2020). *Relatório de análise dos dados coletados pelo MEC/IBRAM junto aos museus das IFES e Institutos*. Brasília: Andifes.

Texto encomendado pelos organizadores do dossiê